

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO NO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO

Priscila Silva Linassi^{*}

Elisane Maria Rampelotto^{**}

Adriane Melara^{***}

Resumo: O objetivo deste artigo é buscar uma reflexão sobre as relações entre o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), movimento cultural organizado que se refere aos regionalismos do estado do Rio Grande do Sul, com a inclusão social da pessoa com deficiência. Nesse sentido, este artigo caracteriza-se como resultado de uma pesquisa, composta por estudo de caso de análises de entrevistas semiestruturadas realizadas com três prendas. Isso porque estas são figuras femininas do Movimento Tradicionalista Gaúcho que, responsáveis por ensinar e divulgar a cultura tradicionalista acabam encontrando, tanto nos espaços do movimento, quanto no ambiente escolar, a presença de pessoas com deficiência. Da mesma forma, possuem uma atuação orientada pela Carta de princípios do Tradicionalismo, cujo princípio IX aborda os Direitos Humanos de: liberdade, igualdade e humanidade. Desta forma este trabalho passa por conceitos como inclusão, cultura, igualdade, liberdade, humanidade, que estabelecem estas relações.

Palavras-chave: Inclusão social. Movimento Tradicionalista Gaúcho. Cultura.

Introdução

O espaço e a cultura tradicionalista estão se preparando e articulando ações em relação à inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes tradicionalistas? Compreende-se que este espaço produz uma cultura específica dentro da sociedade, em que as pessoas optam por participar e que ao mesmo tempo cultivam um discurso inclusivo.

^{*} Educadora Especial, Mestre em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: priscilalinassi@yahoo.com.br

^{**} Doutora em Educação, Professora do Departamento de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: elisane2007@gmail.com

^{***} Educadora Especial, Especialista em Educação Ambiental, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: adrianemelara@yahoo.com.br

A sociedade é o meio no qual os sujeitos interagem e vivem de acordo com a cultura determinada. A escola é um espaço no qual seu público alvo deve ser educado para melhor viver em sociedade e diretamente influenciado pela cultura.

Uma das formas de divulgação do Movimento Tradicionalista Gaúcho e de inserção de novos adeptos é através do projeto o “MTG vai à escola” no qual as prendas durante seus períodos de rendado devem desenvolver projetos nas escolas. Nestes projetos elas ensinam um pouco sobre a cultura tradicionalista, as vestimentas, os costumes, as danças, as músicas, as brincadeiras. O movimento e a cultura tradicionalista são passados de forma didática e abrangem todo público da escola. Desta forma em tempos de políticas de inclusão escolar o movimento atua na perpetuação da cultura tradicionalista e vai se deparar com crianças incluídas.

Os Centros de Tradições Gaúchas, enquanto espaços próprios do Movimento são espaços artísticos, educacionais e de interação no qual os indivíduos da sociedade se reúnem para celebrar e reviver os costumes e as tradições do Gaúcho.

Logo, procura-se analisar através do discurso das prendas o embasamento para compreender se a inclusão tem perspectiva de se constituir no ambiente tradicionalista que está tão presente na vida dos gaúchos.

1 Desenvolvimento

No intuito de procurar compreender a concepção a respeito da inclusão, no Movimento cultural organizado, o Movimento Tradicionalista Gaúcho, este trabalho teve como elemento de análise a entrevista com três prendas. De acordo com Nunes (1993) prenda significa: jóia, relíquia, presente de valor; no Movimento Tradicionalista Gaúcho o termo prenda é usado para designar as figuras femininas da infância até a fase adulta, são o sinônimo da beleza, da moral e dos bons costumes, modelos femininos a serem seguidos. Usam vestimentas comportadas, vestidos longos, que cobrem as pernas e os cotovelos com várias camadas de tecidos, estudam a história do estado, o folclore e os elementos que compõe a cultura tradicionalista como o linguajar, a culinária, as artes e as vestimentas.

As entidades tradicionalistas realizam concursos anualmente para escolher dentre as prendas da entidade aquelas que a representarão em eventos e em outros concursos, elas são as prendas de faixa. Uma das funções das prendas de faixa é elaborar um relatório que é

orientado pelo MTG em que elas devem desenvolver alguns projetos como o “MTG vai à escola” e “CTG núcleo de fortalecimento da cultura gaúcha”.

As prendas foram escolhidas para a pesquisa por serem responsáveis pela perpetuação do movimento através da divulgação durante o desenvolvimento dos projetos em escolas e em espaços do tradicionalismo.

Nas escolas, bem como nos espaços do tradicionalismo as prendas ao divulgarem a cultura se deparam com pessoas com deficiência. Assim, numa sociedade que busca ser inclusiva em todos os seus segmentos é importante perceber se este movimento em que participam grande parte da população do estado do Rio Grande do Sul realiza a inclusão social de pessoas com deficiência.

A educação é uma forma de integração de pessoas com deficiência a sociedade. Essa está estabelecida por leis, conferências e decretos adotados no Brasil e no exterior. Dentre eles podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos.

De acordo com a declaração universal dos direitos humanos realizada em 1948, em seu artigo 27º, item 1 “toda pessoa tem direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade”.

Diante desta perspectiva em 1990 na conferência Mundial sobre educação para todos em Jontiem, Tailândia, ficou estabelecida a fundamental importância da educação tanto para o desenvolvimento das pessoas quanto da sociedade.

A sociedade cria as pessoas que dela pertencem, estabelece normas cognitivas, estéticas e morais, que devem ser seguidas. Qualquer pessoa que não se enquadre nestas normas é considerada diferente. Mas, não diferente pela sua diferença, diferente por não ser como as pessoas que ocupam a centralidade da norma.

O diferente ou a alteridade deficiente olhado como errado, como menos, se voltam a ele olhares de compaixão, de pena, de benevolência, “valendo-se de representações sobre aquilo que está faltando em seus corpos, em suas mentes e em sua linguagem” (Skliar e Souza, 2000, p.269). Entretanto, vivemos no mundo da diferença: diferença de cultura, de ideologias de regionalismos.

O fato de não participar de um movimento que faz menção a história de um povo e ao regionalismo, bem como as peculiaridades de uma determinada região, pode ser entendido como uma forma de exclusão social. Um modo de fazer o diferente tornar-se diferente, de a pessoa com deficiência sentir-se excluída de um movimento cultural organizado que faz

menção a sociedade, e que está em constante busca de atrair novos adeptos. Nesta perspectiva as pessoas com deficiência podem se sentir excluídas por não participarem do Movimento Tradicionalista Gaúcho.

Para participar do tradicionalismo são estabelecidas normas e os integrantes do movimento devem se enquadrar dentro destas normas, conforme coloca:

A participação dos indivíduos no tradicionalismo pode ser pensada como um jogo sério, pois a atuação dos sujeitos tradicionalistas implica a aceitação e submissão a certas normas de comportamento e a seus regulamentos. A liberdade do ator social e sua agência ficam adstritas às restrições impostas pelo grupo – que “formula” e ao mesmo tempo se submete ao projeto cultural do tradicionalismo (BRUM 2009, p.156).

Nesta perspectiva, a liberdade dos participantes do movimento fica restrita as determinações impostas pelo grupo que define e estabelece os limites de comportamento.

Para analisar as falas das prendas vamos partir das definições do princípio IX da carta de princípios que rege as atitudes das prendas, bem como seus comportamentos. No item IX da carta de princípios está escrito “Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade”.

Podemos pensar a igualdade como algo que sugere a massificação “todos somos iguais”, entretanto, a igualdade anula a diferença, somos todos iguais e possuímos os mesmos direitos e deveres enquanto cidadãos. Mas a igualdade exclui, se afirmar que todas as pessoas são iguais, pois nisso esta implícito a possibilidade da classificação dos desiguais tomando como referência um modelo a ser seguido um modelo de uniformidade. Trata de padronizar criar padrões de comportamento, de modelos físicos, de culturas, verem as pessoas como iguais, ou esperar que as pessoas sejam iguais. A igualdade deve ser interpretada na diferença somos todos diferentes e por esta razão possuímos os mesmos direitos e deveres.

No princípio da liberdade, todo ser humano é livre tem direito de escolha de tomar decisões na sua vida. Todas as pessoas ao nascerem têm direito de ter autonomia perante as suas decisões, direito de ser livre e participar da vida em sociedade, mas a autonomia é determinada pelas regras de cada sociedade.

Quando as prendas se expressam, através de suas palavras podemos entender suas percepções, compreender suas ações e perceber quais suas posições a respeito do processo de inclusão social da pessoa com deficiência e com são produzidas a partir da cultura tradicionalista.

2 Resultado

O questionário foi composto de cinco perguntas no intuito de problematizar para as prendas e fazê-las refletirem sobre os processos de in/exclusão social no Movimento Tradicionalista Gaúcho e que contribuições as prendas estão oferecendo. As prendas, participantes da pesquisa, são de entidades diversas e para preservar suas identidades estas serão identificadas por letras.

O primeiro questionamento foi de como as prendas detentoras da missão de adentrarem no ambiente escolar para divulgar o movimento, pensavam a inclusão da pessoa com deficiência a partir da carta de princípios, já que a carta de princípios orienta suas ações a respeito do movimento. Aqui se tomou como pressuposto que a inclusão pode-se definir como trazer para dentro do grupo fazer parte, no caso do Movimento Tradicionalista Gaúcho incluir, integrar ver como o grupo realiza a inclusão e se adapta a ela.

Sobre este questionamento, a prenda A, acredita que as pessoas com deficiência deveriam ser consideradas “pessoas normais”. Estas palavras estão baseadas na perspectiva de normalização, ou seja, normal é ter que ser igual, padrão, ou seja, não deficiente. Segundo Thoma (2002, p. 74), “normalizar nada mais é do que trazer o outro para a minha eficiência”

A pessoa normal é o padrão que deve ser seguido pelas outras pessoas que se enquadram como “não normais”. Para Veiga-Neto (apud FACION 2009) trata-se de compreender como está feita esta divisão entre o normal e o anormal.

Quais elementos caracterizam a normalidade? Na fala, continua acrescentando outros elementos que anulam a diferença e enquadram a pessoa com deficiência como normal com certa necessidade de valorizar e de oferecer oportunidades, admitindo o caráter de discriminação com que a sociedade trata as pessoas com deficiência.

A carta de princípios, diante da inclusão, serve para esta prenda incluir as pessoas com deficiência, tendo estas como normais como uma forma de necessidade frente à imposição da carta. Tendo a inclusão como um dever do cidadão tradicionalista e como um bem que o cidadão tradicionalista realiza.

Pode-se perceber pelas palavras da prenda que para que ocorra uma inclusão esta deve tratar a pessoa com deficiência como igual, pois é mais fácil no ambiente tradicionalista estabelecer um plano de aplicação da cultura do movimento que seja padronizado que ela possa usar da mesma forma com todas as pessoas, e isso acaba por anular a diferença. De

acordo com Feltrin (2004, p.30) “assim como na sociedade, na escola também se prefere conviver e tratar com os iguais”.

O paradigma da normalização acompanhou as pessoas com deficiência por muito tempo. Estes eram vistos como sujeitos que deveriam ser corrigidos, “adequados” para se enquadrarem nos padrões definidos pela sociedade. De acordo com Mendes apud Sassaki (1997, p.31) esse paradigma, “tinha como pressuposto básico a idéia de que toda pessoa portadora de deficiência, especialmente aquela portadora de deficiência mental, tem o direito de experienciar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal à sua própria cultura”.

Diante deste foco, para as prendas é mais cômodo trazer a pessoa com deficiência para a cultura tradicionalista do que levar a cultura até ela, ou seja, estruturar a cultura ao diferente a alteridade deficiente.

Com relação a esta mesma pergunta, a prenda B coloca:

Bom é bom para eles que todo mundo é igual, então é bom pra eles por que leva o tradicionalismo a todos e traz eles até nós, e eles são iguais a todo mundo não tem diferença nenhuma apenas algumas dificuldades que eles tem de assimilar algumas coisas, por exemplo, no meio das invernadas artísticas de danças, fora disso não tem nenhuma diferença é bom pra nós e pra eles, os deficientes.(Prenda B)

Na colocação da prenda B, vê-se a mesma classificação, mas tendo a carta de princípios como base do movimento ao invés da prenda utilizar a expressão normal ela se utiliza da expressão igual procurando classificar as pessoas com deficiência. No meio de sua fala se contradiz admitindo, que nem todo mundo é igual e acrescenta o caráter de vantagem para ambas as partes da inclusão. Pode-se ver nesta fala o caráter assistencialista que é dado à pessoa com deficiência envolvendo-se no processo de inclusão sentimentos de compaixão, de pena, frente à deficiência.

Para a prenda C:

Eu acho que deveria ser bem mais trabalhado, eu acredito que a gente teria que fazer mais escolas para trazer ahh... ou qualquer tipo de criança qualquer tipo de deficiente que tem que se inserir não como um portador de necessidade especial, mas como um tradicionalista como as outras pessoas como dizem...eu acho que ainda é muito focado essa visão de ser deficiente ou não ser deficiente...eu acho que deveria se trabalhar de forma que houvesse disponibilidade de a situação das pessoas que tem necessidades especiais estejam em oficinas de música como eu tinha falado antes ou de arte ou sobre a cultura, por que a gente sabe que muitos tem um potencial enorme... eu acho que deveria ser mais trabalhado em termos gerais, formas diferentes automaticamente pudesse incluir essas pessoas independente de elas terem alguma necessidade especial ou não.(Prenda C)

A prenda C, permanece com base na carta de princípios focalizando que as pessoas com deficiência devem ser tratadas independente da deficiência, pode-se inferir que devem ser tratadas com igualdade como outras pessoas, quando ela fala que “muitos têm um potencial enorme” ela considera que nem todos apenas alguns. Possui um discernimento de

que o movimento não trabalha da forma como deveria, mas continua afirmando o princípio da igualdade. Afirmar a necessidade da inclusão independente da deficiência.

As três prendas têm a inclusão como uma necessidade frente à carta de princípios que prega a igualdade que desconsidera a deficiência apontando as pessoas com deficiência como pessoas que devem ser consideradas como normais ou iguais. O que muda é o termo, mas, a intencionalidade da utilização do significado permanece Ewald (1993,) entende a norma como “um princípio de comparação, de comparabilidade, uma medida comum, que se institui na pura referência de um grupo a si próprio, a partir do momento em que só se relaciona consigo mesmo, sem exterioridade, sem verticalidade” (p. 86).

O ato de incluir pessoas com deficiência é visto como algo que as prendas tem como obrigação de realizar como sendo uma boa ação e vêem, a necessidade de tratarem estas como normais para demonstrarem que são pessoas que realizam a inclusão.

Nas falas das prendas o acesso à cultura tradicionalista se dá de acordo com os moldes impostos e passados pelo movimento. Para que haja uma inclusão social da alteridade deficiente é preciso que sejam revistas atitudes, conceitos, valores formas de ensino.

O paradigma da inclusão tem que revisar qual é o “sujeito” que está sendo incluído. Precisa revisar e discutir questões fundamentais como: qual é a formação de professores que acompanha esse discurso da Sociedade Inclusiva? da Escola para Todos? da Escola Inclusiva? Como está-se pensando a interação entre grupos sociais diferentes? Dentro dessa escola? Dentro dessa sociedade? Como são as didáticas e as dinâmicas que permitem a entrada dos outros dentro de um sistema regular de ensino? É preciso entender o significado dos conceitos de inclusão e exclusão; entender as múltiplas formas de relação que existem entre inclusão e exclusão; entender que a forma moderna de exclusão não é assassinar os outros, senão fazer ficção de que os outros estão dentro; revisar questões epistemológicas, questões políticas, antes de dar respostas aos problemas das didáticas, da formação dos professores, da si etc. didáticas, da formação dos professores, das interações sociais, etc.(RAMPELOTTO,2004, p.34-35)

A inclusão é um processo que necessita de empenho e de mudança tanto no setor educacional quanto social. É tarefa de todos principalmente dos responsáveis por transmitirem a cultura tradicionalista, não se trata de que não se deve seguir os fundamentos da carta de princípios, mas sim, se trata de um projeto mais amplo em que se estruturam as formas de transmissão da cultura de forma a respeitarem as diferenças de cada aluno, de buscar a diferença dentro da igualdade.

No segundo questionamento realizado com as prendas, sobre o desenvolvimento de alguns projetos em escola, as três prendas entrevistadas relataram que já haviam desenvolvido trabalhos em escolas, como uma exigência do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Uma das

prendas desenvolve em escolas um trabalho com crianças com Síndrome de Down e afirma que realiza inclusão com estas pessoas. De acordo com a sua fala:

[...]dentro da minha entidade a gente lançou um projeto com o grupo marcando presença que é de Santa Maria também que é um grupo com síndrome de Down são pessoas acima de 20 anos e agente trabalha com eles danças tradicionais e conseguimos incluir eles no movimento tradicionalista.(Prenda A)

Quanto à cultura tradicionalista ao adentrar na escola, as três prendas acreditam que as crianças têm que conhecê-la, enquanto uma cultura que faz referência ao folclore, ao povo do estado. A prenda C acredita que o tradicionalismo deve ser optativo na escola que os alunos devem conhecer, mas não deve possuir um caráter de obrigatoriedade.

A cultura tradicionalista ou qualquer outra manifestação cultural quando adentra no ambiente escolar não deve ser imposta aos alunos, ela deve ser optativa, pois se ela for imposta pode gerar exclusão. Se a alteridade deficiente participa do movimento, como são recebidos?

Como se dá a relação dos que participam dentro da escola com os alunos que não participam e pertencem a outra cultura?

A inserção nas escolas é calcado pelo discurso dos tradicionalistas de busca do bem comum (Lessa, 1985) e passada pelas prendas quando adentram nas escolas. A prenda A vê a inserção do movimento na escola como uma oportunidade de as crianças participarem do movimento cultural organizado que faz menção ao estado e desta forma, as crianças e os adolescentes não se envolverem com os males do mundo moderno a exemplo: drogas, prostituição, violência. Ela vê o movimento como uma forma de salvação aos alunos.

Quando questionadas se elas acreditavam se ocorria inclusão no Movimento Tradicionalista Gaúcho, a prenda B simplesmente afirmou que existe inclusão sem argumentar. Consideramos que ela está presa a idéia de que realizar a inclusão é algo visto como bom, um conceito criado pelo senso comum em uma em que a Política do MEC prevê e está diariamente na mídia como a solução entre aqueles que sentem-se in/excluídos na sociedade em geral.

Já as outras duas prendas consideram que não há inclusão no Movimento Tradicionalista. A prenda A se refere à falta de estrutura física dos ambientes tradicionalistas e comenta da falta de colaboração para com pessoas com deficiência por parte dos tradicionalistas.

A prenda C acredita que possa haver uma exclusão, por exemplo, por alguns alunos não terem condições financeiras de comprarem as vestimentas típicas do movimento, a

“pilcha”. As pessoas com necessidades especiais, ela acredita que se incluem mais na condição artística, entretanto admite que é preciso se trabalhar mais, é algo que fica pendente.

É possível perceber que as prendas possuem uma concepção de inclusão, mesmo que de forma assistencialista. Isso é evidenciado quanto à proposta das entidades, ou que o próprio movimento possuem para trabalhar com alteridade deficiente a prenda C assim se refere:

Aqui no DTG o trabalho que agente faz com pessoas com necessidades especiais é nos irmos até [...] esse centros que trabalham com crianças que tem necessidades o grupo vai e faz atividades nessa situação então eu vejo honestamente seria uma função de recreação pra elas... pra tentar pra elas terem um bons momentos... eu acho que isso é muito válido mas dentro da entidade que a gente traga para dentro da entidade hoje não tem nada específico e não que tenha alguma barreira contra mas nunca ninguém nos procurou com estas intenções e no MTG eu acho que acontece a mesma coisa.(Prenda C)

A inclusão é o processo através do qual alteridade deficiente e a sociedade interagem de forma ativa. É um processo em que a sociedade se adapta à diferença e considera a pessoa pela diversidade procurando inclui-la fazendo com que ela seja parte da sociedade e não apenas faça parte dela.

Nesse novo tempo, embalados pelo paradigma da inclusão, passa-se a perceber que esse é uma ação de pertencimento das diferenças na sociedade, compreendendo que a vida do deficiente não se restringe a família ou a escola, mas que o lugar está no contexto da sociedade, não sendo um problema restrito a especialistas. (RAMPELOTTO; POSSA, 2008 , p.21)

Diante da inclusão, pode-se pensar em uma transformação de atitudes das pessoas, de estrutura dos ambientes físicos, de conceitos com relação à pessoa com deficiência, de métodos de ensino. Cada sistema social deve desenvolver em seu segmento estratégias para formar uma sociedade inclusiva. O modelo adotado pela inclusão é o modelo social da deficiência no qual os problemas referentes à inclusão estão na sociedade.

O espaço do Movimento Tradicionalista Gaúcho faz parte da realidade dos gaúchos e as pessoas com deficiência devem estar inseridas pelo projeto de difusão do movimento para colaborarem de forma construtiva para a transformação da sociedade. A forma assistencialista de inclusão não vê a alteridade deficiente participando de modo ativo na sociedade, e sim, apenas estar nesta, fazer parte, o que os tradicionalistas consideram como inclusão e como uma forma de fazer o bem.

Conclusão

A cultura tradicionalista, nesse contexto, determina comportamentos, estabelece regras, seleciona e exclui pessoas, pois cria critérios de classificação e de adequação.

Não existe cultura que seja melhor ou pior, existem diferentes culturas, diferentes sociedades, que possuem diferentes valores, que são definidos por diferentes regras. Consideramos o Movimento Tradicionalista Gaúcho como uma cultura específica, cheia de peculiaridades que remonta a figura mítica do gaúcho e ao regionalismo que é parte inerente ao estado e dentro da realidade, do estado do Rio Grande do Sul, adentra no ambiente escolar e compõe a sociedade.

As prendas possibilitaram realizar uma análise de que, se está ocorrendo e como está ocorrendo, no Movimento Tradicionalista Gaúcho a partir da carta de princípios, a inclusão de pessoas com deficiência que se encontram nas escolas e nos espaços do tradicionalismo.

Como resultado da análise, pode-se concluir que não ocorre inclusão no Movimento Tradicionalista Gaúcho. Há uma intenção frente às políticas mundiais de inclusão e uma vontade em corresponder à expectativas da carta de princípios do tradicionalismo, entretanto elas permanecem com o paradigma da normalização de enquadrar o deficiente em uma suposta normalidade. Desta forma ,gerando nos tradicionalistas, sentimentos de compaixão, frente à pessoa com deficiência. Sentimentos que geram o assistencialismo diante da inclusão social.

Os itens da carta de princípios são importantes frente à inclusão social. Entretanto, é bom pensar nas múltiplas possibilidades de sua interpretação.

Diante do exposto, as três prendas possuem a concepção de que para incluir é necessário realizar um tratamento igual ao das pessoas não deficientes. Isso significa que a inclusão trata de um processo de não diferenciação das pessoas? Essa concepção de inclusão das prendas não estaria igualando as pessoas, ao invés de incluí-las?

De fato ao entrar em contato com a cultura tradicionalista, as pessoas com deficiência não são incluídas pela sua diferença, não há uma forma diferenciada de adesão destas pessoas. Elas, apenas participam do processo de forma igualitária, como todos os outros, sem diferença em relação a sua diferença. De acordo com esta concepção, dos tradicionalistas, para que não haja exclusão não pode haver diferenciação das pessoas com deficiência, pois elas devem ser tratadas como igual.

Referências

BRANDÃO, C.R; **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRAZ, E. M; **Retratos do gaúcho antigo: a gênese de uma cultura** – Porto Alegre, Martins Liv. Ed.,2002.

BRUM, C. K; **Esta terra tem dono. Uma análise antropológica de representações produzidas sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS/UFRGS: Porto Alegre, jan. 2005.

_____. "educar para ser gaúcho" - apontamentos sobre as relações entre o Movimento Tradicionalista Gaúcho e a escola. In: CUNHA, Jorge Luiz da; DANI, Lúcia Salete Celich. (Org.). **Escolas, conflitos e violência**. 1. ed. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2008, v. 1, p. 33-60.

_____. "Vestida de prenda": sobre as significações da pedagogia tradicionalista das pilchas. **Educação**/Centro de educação, Universidade federal Santa Maria, Vol. 34, n.1, p.01-12, jan./abr.2009.

Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em: 14 out. 2009.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Veja, 1993.

FACION, J.R.org.; **Inclusão escolar e suas implicações**. 2 ed.rev. e atual. – Curitiba: Ibpx, 2009.

FELTRIN, A.E; **Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. São Paulo: Paulinas, 2004.

GEERTZ, C; **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GÓMEZ, P. A.I; **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

HOBBSBAWM, E; RANGER, T; **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KAISER, J. **Ordem e progresso: o Brasil dos gaúchos**. Florianópolis: Insular, 1999.

LARROSA, J.B; **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/rbe19/03-bondia.pdf>>. Acesso em: fev. 2008.

LESSA, L. C.B; **Tese: O sentido e o valor do tradicionalismo**. Disponível em <www.mtg.org.br>. Acesso em: 23 dez. 2008.

NUNES, Z.; CARDOSO R. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins livreiro, 1993.

OLIVEN, R; **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 1992.

RAMPELOTTO, E. M. **Mesmidade ouvinte e alteridade surda**: invenções do outro surdo no Curso de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria 2004. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação e Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS/PPGEDU.

RAMPELOTTO, E. M.; POSSA, L. B. **Educação Especial**: Fundamentos – Universidade Federal de Santa Maria, Pró Reitoria de Graduação. Curso de Graduação a distância. 2008.

SASSAKI, R. K; **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA,1997.

SKLIAR, C. B., SOUZA, R. M. de. O debate sobre as diferenças e os caminhos para (re)pensar a educação. In: AZEVEDO, J. C., GENTILI, P., KRUG, A. e SIMON, C. (Orgs). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre, 2000. p. 259-276.

THOMA, A. da S. **O cinema e a flutuação das representações surdas**: “que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...”.2002. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação e Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS/PPGEDU.